



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA SEGUNDA (2ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e treze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Segunda (2ª) Sessão Ordinária do Primeiro (1º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 14 de fevereiro de 2013, adiada que foi do dia 11 de fevereiro do corrente (ponto facultativo referente ao Feriado de Carnaval), conforme Requerimento nº 59/2013. Às 22h05, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Benedito José do Couto (01), Daniel Gasparini dos Santos (02), Dayane Amaro Costa (03), João Antonio Pires Gonçalves (04), Jorge Setoguchi (05), Laércio Rocha Pires (06), Leonardo David Zaniboni (07), Luís Roberto Tavares (08), Luiz Antônio Guarnieri (09), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (10), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (11), Márcia Róttoli de Oliveira Masotti (12), Marcos Bento Alves de Godoy (13), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (14), Osvaldo Aparecido Quaglio (15), Waldemar Marcurio Filho (16) e, ausente, Cinoê Duzo (17), (licenciado pelo Requerimento nº 133/2013, aprovado no "Expediente" da Terceira (3ª) Sessão Ordinária, de mesma data), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Na sequência, não havendo proposituras, ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, que versou a respeito dos requerimentos que apresentara na primeira sessão da noite. A respeito do Requerimento nº 128/2013, que requereu informações sobre o fornecimento de equipamentos de proteção individual para os coletores de lixo do município, a Edil explicou que havia uma grande preocupação de sua parte a respeito do assunto e das condições de trabalho dos coletores e ainda, no caso de os próprios coletores serem contrários ao uso de tais equipamentos, sugeriu uma campanha educativa para mudança de mentalidade desses profissionais e sua conscientização. “O requerimento é um alerta”, frisou a Vereadora do PDT. Com relação ao Requerimento nº 105/2013, que solicitou informações sobre a atual situação dos alvarás de funcionamento e condições de segurança das escolas da rede pública municipal, a Vereadora Dayane Amaro Costa esclareceu que desejava tal informação para saber se as escolas municipais estavam, ou não, dentro dos padrões de segurança pré-estabelecidos, tais como a localização dos extintores e sua validade, dentre outras coisas. “A tragédia de Santa Maria, Rio Grande do Sul, fez com que todos os brasileiros tivessem esta preocupação com segurança contra incêndios e não seria diferente comigo, razão pela qual apresentei a propositura”, disse, encerrando sua participação a Vereadora. O próximo orador inscrito foi o Vereador Leonardo David Zaniboni, que desde logo convidou os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

membros da Comissão de Habitação, Vereadores Daniel dos Santos, Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, para acompanhá-lo em reunião na GAB – Engenharia Ltda., empresa com sede em Campinas, especialista em urbanismo e regulamentação de loteamentos irregulares, às 8h30, da terça-feira, dia 19, objetivando tratar da finalização do projeto urbanístico dos loteamentos Domênico Bianchi e Parque das Laranjeiras. “Caso os senhores tenham interesse em me acompanhar, fica aqui o convite”, finalizou o Vereador Leonardo David Zaniboni. Os demais inscritos, Vereadores Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, Luiz Antonio Guarnieri, João Antonio Pires Gonçalves, Daniel Gasparini dos Santos, Laércio Rocha Pires, Luís Roberto Tavares, Jorge Setoguchi, Waldemar Marcurio Filho, Marcos Bento Alves de Godoy, Osvaldo Aparecido Quaglio, Benedito José do Couto e Maria Helena Scudeler de Barros, desistiram do uso da palavra. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 22h10, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual constatou-se a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do artigo 172, do Regimento Interno:**

1. Projeto de Lei Complementar nº 01, de 2013, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, “dispondo sobre alteração de dispositivo da Lei Complementar nº 205, de 2006, que dispõe sobre o quadro de pessoal, o plano de empregos, salários e carreiras da Prefeitura de Mogi Mirim, relacionada ao fornecimento de cestas básicas aos servidores públicos, e dando outras providências”. Para discutir a matéria fez uso da palavra a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, para registrar em ata seu voto favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 01/2013, justificando que se tratava de uma



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

antiga reivindicação dos funcionários públicos, que vinha desde 2006, quando lhes havia sido retirado o direito ao benefício. “Estou feliz que tenha sido esta a primeira lei aprovada nesta legislatura, no Governo Stupp, pois tenho grande consideração para com o funcionário público municipal e este projeto vem consertar uma injustiça ocorrida há muito tempo, que será agora sanada”, completou a Vereadora do PR. Para encerrar, a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti parabenizou o Prefeito Municipal, Gustavo Stupp, pela iniciativa e pela rapidez em remeter o projeto de lei complementar para a Câmara; (posto a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, pela unanimidade dos Vereadores presentes, o Projeto de Lei Complementar nº 01/2013, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do senhor Prefeito Municipal). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). O primeiro inscrito foi o Vereador Luís Roberto Tavares. Este, de início, abordou a questão do Poupatempo fixo, órgão que o Vereador lutava há quatro anos para implantar na cidade e que atenderia toda a região. Segundo o publicado na imprensa local, no último final de semana, um Poupatempo fixo fora prometido ao vizinho município de Mogi Guaçu, haja vista as gestões políticas feitas por um depurado ligado àquela cidade, o que levava o Vereador a explicar que continuaria com seu trabalho em busca do Poupatempo fixo para Mogi Mirim de qualquer modo, fosse apresentando requerimentos, fosse batendo na porta do Governo Estadual, ou correndo atrás do Governador, mas sempre pedindo a instalação do órgão em Mogi Mirim. “Desconheço outra cidade da região com pedido oficial para receber o Poupatempo fixo, mas, infelizmente, a questão de Mogi Guaçu foi negociada politicamente”, declarou o Edil. Disse ainda, que havia visitado a cidade de Americana, num encontro que teve com o Deputado Cauê Macris, endossando a solicitação do Poupatempo, bem como afirmou que faria



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

diligências junto ao Secretário de Gestão Pública, Deputado David Zaia, também requerendo o Poupatempo fixo para Mogi Mirim. Com relação a certo comentário postado na página do Vereador, na rede virtual social Facebook, gerado pela foto do Vereador, executando a limpeza do lago do Lavapés com as próprias mãos e recolhendo lixo espalhado, o Edil desejou se justificar das críticas que recebera, as quais diziam que aquele serviço não era um trabalho de vereador, declarando, em resposta, que o trabalho voluntário cabia a qualquer cidadão de bem. “A limpeza do Lavapés, num trabalho voluntário, é também um direito de todos”, frisou, concluindo sua participação o Vereador Luís Roberto Tavares. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador João Antonio Pires Gonçalves que, rapidamente, versou a respeito das indicações que apresentou no “Expediente” da primeira sessão da noite. A primeira, sugerindo a instalação de um semáforo no cruzamento da Rua do Tucura com Avenida Brasil, especificamente em frente ao Supermercado Silvestre, haja vista os acidentes que aconteciam todas as semanas, no referido local. “Já estou alertando para este cruzamento há três anos, pois é impressionante o número de acidentes e o Departamento de Trânsito precisa tomar providências urgentes, ou instalando um semáforo, ou tomando qualquer outra atitude, mas algo precisa ser feito”, destacou o nobre Edil. A segunda indicação sugeria um convênio com empresas privadas para colocação de pedalinhos no lago do Complexo Lavapés, nos mesmos padrões existentes nas cidades de Águas de Lindoia e Araras. O Vereador explicou que os pedalinhos atrairiam mais pessoas para o lazer no local, trazendo movimentação ao complexo, e a arrecadação financeira dos ingressos poderia ser utilizada para a própria manutenção e limpeza do lago. “Espero um convênio com grandes empresários, para que algo bonito possa ser feito em nossa cidade”, terminou o seu discurso o Vereador João Antonio Pires Gonçalves. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires, reportando-se ao discurso de seu antecessor, dizendo que também ele havia feito alguns



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

pedidos para o controle da velocidade no trânsito, tais como providências para o cruzamento da Rua Padre José com Avenida Jorge Tibiriçá; para a Rodovia Nagib Chaib, estrada interna Mogi-Mirim/Mogi-Guaçu, precisamente em frente ao Buffet Hakuna Matata, e para a Avenida Brasil no acesso para o Parque da Imprensa. “Já apresentei pedido para todos estes lugares e também levei o antigo diretor até a Avenida Brasil, para que verificasse, pessoalmente, e foi quando ele se propôs a fazer a mudança de mão de direção naquela via, e até mesmo uma possível lombada, mas até agora nada foi executado”, declarou o Vereador. O Edil explicou que existia sinalização no trecho, mas que os condutores não respeitavam as placas, o que levava o Vereador a sugerir fosse feita uma valeta no local, ou algo que fizesse com que o motorista reduzisse a velocidade no trecho, ou parasse, definitivamente, o carro. “Se nada for feito e nossos pedidos não forem atendidos, eu mesmo iniciarei um movimento junto à população, para solução eficaz do problema”, frisou, finalizando sua participação o Vereador do PPS. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal” e nada mais a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h25, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM